



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Estudos Preliminares

[Manutenção do software DRS Plenário Limited]

Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação			
Papel	Nome Completo	Lotação	Ramal
Integrante Demandante	Maíra Teixeira Vieira Borges	SEACEP	7163
Integrante Técnico	Raphael Ângelo Viana Duarte Oliveira	SEMIN	7139
Integrante Administrativo	Tiago de Souza Albuquerque	SEPUJ	7162

Versão deste documento 1.0
Data 09/04/2019



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

SUMÁRIO

Sumário	2
1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	4
Contextualização	4
1.1 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda	4
1.1.1 Requisitos Funcionais.....	4
1.1.2 Requisitos Não Funcionais	4
1.1.3 Requisitos Tecnológicos.....	5
1.2 Identificação de Soluções que Atendem aos Requisitos.....	6
1.2.1 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC e/ou Contratadas por Outros Órgãos.....	6
1.2.2 Alternativas com Software Livre ou Software Público	7
1.3 Análise dos Custos Totais da Demanda.....	8
1.4 Escolha e Justificativa da Solução	8
1.4.1 Descrição da Solução.....	8
1.4.2 Alinhamento da Solução.....	8
1.4.3 Benefícios Esperados.....	8
1.4.4 Relação Demanda/Quantidade.....	8
1.5 Adequação do Ambiente.....	8
2 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO	9
2.1 Recursos Materiais e de Pessoal.....	9
2.2 Continuidade Contratual	9
2.3 Transição e Encerramento Contratuais.....	9
2.4 Independência Tecnológica.....	9
3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO.....	10
3.1 Natureza do Objeto.....	10
3.2 Parcelamento e Adjudicação do Objeto	10
3.3 Modalidade e Tipo de Licitação.....	10
3.4 Classificação e Indicação Orçamentária.....	10
3.5 Vigência da Prestação de Serviço	10



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

3.6 Equipe de Apoio à Contratação.....	10
3.7 Equipe de Gestão da Contratação.....	10
4 ANÁLISE DE RISCOS	11
Anexo A – [Proposta da empresa Kenta Informática Ltda]	13
Anexo B – [Certidões da ABES].....	136



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Contextualização

O objeto do presente contrato é a prestação do serviço de manutenção do software *DRS – (Digital Recording System) Plenário Limited* e consulta da base histórica do software *PSS – Process & Storage Sound* para o software *DRS Plenário Limited*.

O software *DRS – (Digital Recording System) Plenário Limited* é utilizado na gravação e armazenamento dos arquivos de áudio das sessões de julgamento deste Tribunal, o que proporciona maior segurança e qualidade na execução dos serviços de gravação, possibilitando a continuidade dos trabalhos desenvolvidos na SEPUIJ - Seção de Publicação de Pautas e Julgados.

1.1 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

1.1.1 Requisitos Funcionais

A captação e gravação de som da sala de sessões são realizadas através dos equipamentos situados na sala de som anexa ao Pleno. E o DRS é compatível com tal sistema de captação.

1.1.2 Requisitos Não Funcionais

a) De Capacitação

O fator diferencial do produto é a tecnologia desenvolvida de manipulação e compressão dos arquivos de áudio, mantendo a qualidade e segurança dos dados armazenados.

b) Legais

A empresa Kenta Informática SA detém certidão emitida pela ABES – Associação Brasileira das Empresas de Software, sendo a ÚNICA desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização.

c) De Manutenção

Os serviços de suporte técnico consistem em atendimento por telefone e e-mail, atendimento on-site para manutenção corretiva no produto, por problema de uso ou da instalação, atualização de versões do produto, bem como garantia, em contrato, de doação dos arquivos-fonte do software em caso de falência ou recuperação judicial da contratada.



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

d) Temporais

Após assinatura do contrato, será emitida Ordem de Serviço na qual o Gestor indicará a data para que se iniciem os serviços de manutenção e atualização objeto da avença, que não poderá ser anterior à data de publicação do respectivo extrato na Imprensa Nacional.

e) De Segurança da Informação

Conforme certidão nº 190225/33.862 da ABES, o sistema não permite alterações ou violações no áudio gravado e a qualidade de amostragem digital do sinal é parametrizável e permite tecnologia cliente-servidor e é compatível com os aplicativos do MS Office 97 ou superior.

f) Sociais, Ambientais e Culturais

O sistema de som poderá gravar simultaneamente em fita cassete.

1.1.3 Requisitos Tecnológicos

a) De Arquitetura

O software, incluindo novas versões, deve ser compatível como o Windows XP e o com o Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle 11.

b) Do Projeto de Implantação da STIC

Não é necessário plano de implantação da STIC.

c) De garantia e Manutenção

Suporte técnico por telefone e e-mail, disponível nos dias úteis (2ª a 6ª feiras) em horário comercial (das 8h às 18h);

Atendimento on-site, no prazo de 48 horas, para manutenções corretivas no produto, por problema de uso ou da instalação, e correção de problemas que acarretem parada no funcionamento do sistema;

Garantir a atualização e manutenção de versões do produto por um período de 1 (um) ano;

A empresa deverá garantir em contrato a doação dos arquivos-fonte do software em caso de falência ou recuperação judicial da contratada.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

A contratada deverá disponibilizar os manuais de instalação e informações sobre procedimentos técnicos envolvidos, além disso, deverá ser fornecida documentação completa e atualizada necessária à operação do sistema nos equipamentos.

d) De Capacitação

Não se aplica.

e) De Experiência Profissional e Formação da Equipe que Projetará, Implantará e Manterá a STIC

Não se aplica.

f) De metodologia de Trabalho

Não se aplica.

g) De segurança em TIC (confidencialidade, integridade e disponibilidade)

Todos os arquivos produzidos pelo DRS Plenário Limited são de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

1.2 Identificação de Soluções que Atendem aos Requisitos

1.2.1 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC e/ou Contratadas por Outros Órgãos

Foi realizada pesquisa junto a outros Tribunais no sentido de verificar o sistema de gravação de áudio utilizado. Verificou-se que a maioria utiliza os softwares da empresa Kenta Informática (TRE/PE, TSE e TRE/TO, TRE/DF, TRE/AP, TRE/ES, TRE/CE e TRE/RJ), enquanto que outros tribunais utilizam outros programas, tais como: software gratuito Audacity (TRE/MG e TRE/AP), Express Scribe (TRE/PI), sistema próprio desenvolvido pela informática local (TRE/PR e TRE/RS), equipamento próprio – Sony, que grava (TRE/RN) e mp3 (TRE/MA).

Os demais tribunais, embora solicitados, não responderam à pesquisa.

MANUTENÇÃO DO DRS PLENÁRIO

(Proposta comercial P19035 de 22 de março de 2019.)



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Valor da manutenção mensal	Valor da manutenção anual
R\$ 1.815,92	R\$ 21.791,04
Valor da manutenção do contrato (30 meses) R\$ 54.477,60	
Consulta à base histórica do PSS	R\$ 8.514,00
Valor total do contrato	R\$ 62.991,60

Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI¹

Não se aplica.

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

Não se aplica.

Modelo de Requisitos Moreq-Jus²

Não se aplica.

1.2.2 Alternativas com Software Livre ou Software Público

Outros tribunais utilizam softwares gratuitos, que por serem gratuitos não possuem suporte técnico formal, e, em razão do desconhecimento de tais softwares, não podemos garantir a segurança do armazenamento dos dados, além do que não há tempo hábil suficiente para testá-los.

Não foi encontrado software público que atenda aos requisitos no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>).

¹ O Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) visa estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, e além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual. (<http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/modelo-nacional-de-interoperabilidade>)

² O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) apresenta os requisitos que os documentos digitais produzidos pelo Judiciário e os sistemas informatizados de gestão documental deverão cumprir, no intuito de garantir a segurança e a preservação das informações, assim como a comunicação com outros sistemas. (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-proname/sistema-moreq-jus>)



Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.3 Análise dos Custos Totais da Demanda

Nos valores já estão incluídos todos os impostos, taxas e demais despesas. A empresa propõe o valor de R\$ 8.514,00, para consulta da base histórica do software PSS Kenta para o software DRS Plenário Limited, e o valor mensal referente à contratação dos serviços de Suporte e Customização do software DRS Plenário Limited,. Valor unitário mensal: R\$ 1.815,92. Valor anual: R\$ 21.791,04. Valor de 30 meses: R\$ 54.477,60. Valor total: R\$ 62.991,60.

1.4 Escolha e Justificativa da Solução

Justifica-se a necessidade de contratação da manutenção do software *DRS Plenário Limited* visando a continuidade dos trabalhos desenvolvidos na SEPUB - Seção de Publicação de Pautas e Julgados, proporcionando maior segurança e qualidade na execução dos serviços de gravação e armazenamento de dados das sessões de julgamento do Tribunal.

Vale ressaltar que se sugere a contratação por 30 (trinta) meses (com possibilidade de prorrogação por uma vez) e não por 12 (doze) meses, como nas avenças anteriores, haja vista a ocorrência da aquisição do software no ano anterior (contrato atual), razão pela qual se conclui a probabilidade da continuidade da prestação de serviços de manutenção do referido software.

1.4.1 Descrição da Solução

Gravação de arquivos de áudio das sessões de julgamento.

1.4.2 Alinhamento da Solução

A solução escolhida contempla o alinhamento em relação aos requisitos tecnológicos, tendo em vista ser compatível com o sistema de som da sala de sessões.

1.4.3 Benefícios Esperados

Fidelidade e segurança no serviço de gravação de áudio das sessões de julgamento.

1.4.4 Relação Demanda/Quantidade

Não se aplica.

1.5 Adequação do Ambiente

Não há necessidade de adequação do ambiente para viabilizar a execução contratual, abrangendo infraestrutura tecnológica, elétrica, logística de implantação, espaço físico, mobiliário e impacto ambiental.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

2.1 Recursos Materiais e de Pessoal

Não há necessidade de obtenção de recursos materiais e de pessoal para a nova contratação.

2.2 Continuidade Contratual

Os arquivos de áudio ficam no servidor do Tribunal - NAS.

2.3 Transição e Encerramento Contratuais

A contratada deverá garantir em contrato a doação dos arquivos-fonte do software em caso de falência ou recuperação judicial. Sendo de propriedade do TRE-BA todos os produtos, banco de dados e arquivos sonoros gerados com a utilização do *DRS Plenário Limited*, permanecendo com este Tribunal após o final do contrato.

2.4 Independência Tecnológica

A empresa deverá garantir em contrato a doação dos arquivos-fonte do software em caso de falência ou recuperação judicial da contratada.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Natureza do Objeto

O objeto do presente contrato é a prestação do serviço de manutenção do software *DRS Plenário Limited* e consulta da base histórica do software *PSS – Process & Storage Sound* para o software *DRS Plenário Limited*.

3.2 Parcelamento e Adjudicação do Objeto

O objeto não pode ser dividido em itens ou em grupos.

3.3 Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação.

3.4 Classificação e Indicação Orçamentária

As despesas com a execução do contrato serão classificadas *a posteriori* pela SECONTA.

3.5 Vigência da Prestação de Serviço

Após assinatura do contrato, será emitida Ordem de Serviço na qual o Gestor indicará a data para que se iniciem os serviços de manutenção e atualização objeto da avença, que não poderá ser anterior à data de publicação do respectivo extrato na Imprensa Nacional.

3.6 Equipe de Apoio à Contratação

No âmbito deste Tribunal, a equipe de apoio à contratação será composta pelos membros da equipe de planejamento.

3.7 Equipe de Gestão da Contratação

No âmbito deste Tribunal, a equipe de apoio à contratação será composta pelo Gestor do Contrato e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo. A indicação dos fiscais e seus substitutos será feita no Formulário Padrão para Contratação de Bens e Serviços.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

4 ANÁLISE DE RISCOS

Referencial para a análise de riscos:

Probabilidades: 1 – insignificante; 2 – baixa; 3 – média; 4 – alta; 5 – muito alta.

Impactos: 1 – insignificante; 2 – baixo; 3 – médio; 4 – alto; 5 – muito alto.

Matriz Probabilidade X Impacto						
		Impactos				
		1	2	3	4	5
Probabilidades	5	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5

Resultados da probabilidade X impacto:

Risco baixo: zona verde (resultados de 1 a 5);

Risco médio: zona amarela (resultados de 6 a 12);

Risco alto: zona vermelha (resultados de 15 a 25).

Risco 1: Ausência de taquígrafas		Fase: [processo de contratação ou execução contratual]		
Id	Dano	Probabilidade	Impacto	Resultado
1	Impossibilidade de degrevação das sessões	5	5	25
2				
3				
Ações de Mitigação				
Id do Dano	Ação		Responsável	
1	Não há.			
2				
3				
Ações de Contingência				



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Id do Dano	Ação	Responsável
1	Não há.	
2		

Risco 2: Computador Obsoleto.		Fase: [processo de contratação ou execução contratual]		
Id	Dano	Probabilidade	Impacto	Resultado
1	Defeito no computador.	5	5	25
2				
3				
Ações de Mitigação				
Id do Dano	Ação		Responsável	
1				
2				
3				
Ações de Contingência				
Id do Dano	Ação		Responsável	
1				
2				

Equipe de Planejamento da Contratação Documento assinado eletronicamente via PAD		
Integrante Técnico	Integrante Demandante (Coordenador dos trabalhos)	Integrante Administrativo
Raphael Ângelo Viana Duarte Oliveira SEMIN	Maíra Teixeira Vieira Borges SEACEP	Tiago de Souza Albuquerque SEPUJ
Salvador, 03 de abril de 2019.		



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Anexo A – [Proposta da empresa Kenta Informática Ltda]



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Anexo B – [Certidões da ABES]
